



A cooperação internacional contra a Corrupção

ROBERT KLITGAARD

O combate à corrupção é uma questão tão difícil e delicada que muitos dos líderes políticos nacionais que em princípio a apóiam hesitam em colocá-la em prática. Como poderia a cooperação internacional ajudar na criação de um ambiente propício ao combate à corrupção nas esferas nacional e global?

A CORRUPÇÃO, em todas as suas formas e manifestações, é prosaica em praticamente todos os países. Por que, então, os seus governantes não se empenham mais a fundo para reduzi-la? A dificuldade encontrada no combate à corrupção pode dever-se à falta de vontade política e de capacidades locais suficientes, como estratégias e estruturas apropriadas (inclusive incentivos) para dificultar a ação dos corruptos. Em alguns casos, as capacidades locais são afetadas por restrições de custo, em outros pela falta de *know-how* e em outros ainda pela ausência de um empenho sério na criação de estratégias anticorrupção.

A cooperação internacional pode ajudar os países individualmente a desenvolver a vontade e as capacidades necessárias. Este artigo propõe diversas iniciativas novas em que a cooperação internacional poderá exercer funções críticas no combate à corrupção. Uma delas é o patrocínio de estudos regionais de diagnóstico. Os países cooperariam na organização e no financiamento de estudos do setor privado sobre a corrupção sistemática em diversas áreas (como compras, saúde e sistema judicial), e depois compartilhariam dos seus resultados. Esses estudos ajudariam a identificar as melhorias sistemáticas que poderiam ser introduzidas e apresentariam sugestões sobre como garantir a permanência das melhorias por meio de mecanismos de acompanhamento.

O artigo também propõe a realização de um "concurso" entre os países em desenvolvimento para a escolha das melhores estratégias nacionais voltadas para a redução da corrupção. Seminários regionais teriam como tema a idéia da elaboração de estratégias nacionais anticorrupção e a apresentação de exemplos de como implementá-las, e a assistência técnica internacional ajudaria os países que desejassem entrar no concurso no desenho de suas propostas. Os vencedores (talvez um ou dois países por continente) seriam premiados com sete anos de ajuda sustentada e adicional. O restante do mundo aprenderia com as boas idéias geradas pelo concurso, muitas das quais poderiam ser colocadas em prática mesmo sem assistência internacional extraordinária.

A universalidade da corrupção

Na Bélgica e no Reino Unido, no Japão e na Itália, na Rússia e na Espanha, para citar alguns países, as alegações de corrupção assumiram hoje um papel muito mais central na política do que em qualquer momento do passado recente. Difícilmente se pode considerar a corrupção como um problema exclusivo dos países em desenvolvimento ou dos países em transição. É verdade que na Venezuela se publicou um dicionário local sobre a corrupção em dois volumes (*Diccionario de la corrupción en Venezuela*, 1989). Mas também é verdade que um autor francês fez uma coletânea algo semelhante para o seu país (Gaetner, 1991). Provavelmente, todos os países dispõem de material suficiente para a publicação de obras do gênero.

O fato de que boa parte da corrupção nos países em desenvolvimento conta com a importante participação dos países industrializados é hoje um dado trivial. A organização não-governamental Transparência Internacional concentra-se na corrupção nas "transações empresariais internacionais" e destaca que no Primeiro Mundo são muitos os que direcionam subornos para o Terceiro Mundo. É possível que nos próximos anos a Organização Mundial do Comércio chegue à conclusão de que essa questão constitui uma de suas preocupações centrais.

A lembrança de que a corrupção está presente em todo lugar — nos setores público e privado, nos países ricos e pobres — é salutar, porque nos livra de es-

Robert Klitgaard,

dos EUA, é decano e professor emérito de desenvolvimento e segurança internacionais na The Rand Graduate School, Santa Mônica, Califórnia.

tereótipos inúteis. Mas contextualizar a discussão não significa dá-la por encerrada. De fato, a observação de que a corrupção é difusa pode ajudar a veicular mensagens subliminares tendenciosas. Pode sugerir, por exemplo, que todas as formas e todos os casos de corrupção são igualmente danosos. De maneira mais perniciosamente ainda, ela pode levar os ouvintes ou leitores menos avisados à conclusão de que, como a corrupção existe em todo país, eles nada podem fazer para contê-la no local onde vivem. Considerem-se as analogias com a poluição ou a doença. Ambos os fenômenos são observáveis em todo lugar, mas a sua extensão e os seus padrões de incidência diferem radicalmente entre as várias regiões, países e localidades. As questões de intensidade e tipo são cruciais, e isso também vale para a corrupção. Ninguém concluiria, por exemplo, que, como a poluição da água e a AIDS estão presentes em todos os países, nada se pode ou se deve fazer para reduzi-las.

O termo "corrupção" tem muitos sentidos. Uma abordagem inicial didática e da questão consiste em subdividir e analisar os seus múltiplos componentes. Considerada de maneira mais ampla, corrupção é o abuso de posições oficiais para fins não-oficiais. O catálogo de atos corruptos inclui — mas não se limita apenas a — suborno, extorsão, tráfico de influência, nepotismo, fraude, uso de propina ou "graxa" (dinheiro dado a funcionários públicos para acelerar a tramitação de assuntos sob a sua jurisdição) e desvio de fundos. Embora as pessoas tendam a pensar na corrupção como em um pecado exclusivo do governo, ela também existe no setor privado. Na verdade, o setor privado está envolvido na maioria dos atos de corrupção do governo.

Os efeitos da corrupção

As diferentes variedades de corrupção não oferecem o mesmo grau de perniciiosidade. A corrupção que mina as regras do jogo — por exemplo, o sistema de justiça, os direitos de propriedade, o sistema bancário ou o crédito — faz estragos no desenvolvimento econômico e político. A corrupção que permite a poluidores sujarem os rios ou a hospitais extorquirem pagamentos exorbitantes e indevidos dos pacientes pode ser corrosiva dos pontos de vista ambiental e social. Em comparação, "molhar a mão" de um funcionário público para conseguir rapidez nos serviços públicos e o envolvimento em irregularidades menores em financiamentos de campanhas não são tão prejudiciais.

Naturalmente, a extensão da corrupção também importa. A maioria dos sistemas pode resistir a um certo grau de corrupção, e é até possível que ela atenua mazelas de alguns sistemas verdadeiramente terríveis. Mas quando a corrupção se torna a norma, os seus efeitos são

paralisantes. A corrupção sistemática impede o estabelecimento e a manutenção de regras do jogo aceitáveis internacionalmente, sendo uma das principais razões por que as partes menos desenvolvidas de nosso planeta tendem a continuar assim.

A corrupção como sistema

Considerem-se dois pontos analíticos. Primeiro, a corrupção pode ser representada pela fórmula $C = M + P - R$ — corrupção é igual a monopólio *mais* poder discricionário *menos* responsabilização. Qualquer que seja a natureza da atividade — pública, privada ou sem fins lucrativos — e onde quer que ela se realize — em Ouagadougou ou Washington — a tendência é encontrar corrupção quando as organizações ou pessoas detêm poderes de monopólio sobre bens ou serviços, decidem discricionariamente quem pode recebê-los e quanto cada um receberá, sem ter que prestar contas a ninguém.

Segundo, a corrupção é um crime de cálculo e não de paixão. A bem da verdade, existem santos que resistem a todas as tentações e funcionários honestos que conseguem passar pela maioria delas. Mas, quando as propinas são grandes, as chances de o corrupto ser colhido em flagrante pequenas e as punições no caso de vir a ser pego irrisórias, muitos funcionários sucumbem.

O combate à corrupção começa, portanto, com a elaboração de sistemas melhores. Os monopólios devem ser reduzidos ou cuidadosamente regulados. O poder discricionário oficial deve ser esclarecido. A transparência deve ser realçada. A probabilidade de a corrupção ser descoberta e penalizada (o que vale para corruptos ativos e passivos) deve aumentar.

Cada uma dessas sentenças abre espaço para amplas discussões. Mas observe-se que nenhuma se refere de imediato àquilo que primeiro nos vem à mente quando se fala de corrupção — ou seja, novas leis, mais controles, mudança de mentalidade ou uma revolução ética. As leis e os controles se demonstram insuficientes quando não existem sistemas que permitam a sua colocação em prática. O despertar moral acontece, mas raramente devido a ações de nossos líderes públicos. Ainda que esteja fora de nosso alcance formar funcionários e cidadãos incorruptíveis, podemos não obstante estimular a concorrência, alterar os incentivos e ressaltar a responsabilização — em suma, consertar os sistemas que alimentam a corrupção.

Estratégias anticorrupção

O conserto de sistemas defeituosos não é fácil. Mas existem exemplos bem-sucedidos neste campo, que contêm diversos temas comuns.

Punir alguns dos principais transgressores. As estratégias bem-sucedidas começam com a "captura de

alguns peixes graúdos". A única maneira de começar a minar a cultura do envolvimento em atos impunes de corrupção é condenar e punir vários dos principais corruptos. O governo deveria identificar rapidamente alguns dos grandes sonegadores de impostos, dos corruptos ativos e também dos corruptos passivos que ocupam cargos de alto nível na administração. Como campanhas contra a corrupção podem com frequência se transformar em campanhas contra a oposição, o primeiro peixe graúdo a cair na rede deveria pertencer ao partido que está no poder.

Envolver as pessoas no diagnóstico dos sistemas corruptos. Campanhas bem-sucedidas contra a corrupção envolvem as pessoas. Quando consultados, os cidadãos se revelam fontes criativas e férteis de informações sobre o que está acontecendo em matéria de corrupção. São maneiras de consultá-los: a realização de pesquisas sistemáticas de clientes; a criação de órgãos integrados por cidadãos para a fiscalização de agências públicas; o envolvimento de organizações profissionais; a consultoria a conselhos distritais e municipais; e a disponibilização de linhas telefônicas "quentes", programas de rádio com a participação de ouvintes e programas educacionais. Protegidas pelo anonimato, pessoas ligadas a empresas e grupos empresariais devem participar de estudos sobre como de fato funcionam os sistemas corruptos de compra, contratação e assemelhados. Esses estudos devem focar os sistemas, e não os indivíduos.

Enfoque na prevenção mediante o conserto dos sistemas corruptos. O trabalho bem-sucedido contra a corrupção recupera os sistemas corruptos. Ele usa fórmulas como $C = M + P - R$ para levar a cabo "avaliações de vulnerabilidade" das instituições públicas e privadas. Como nas melhores campanhas de saúde pública, enfatiza-se a prevenção.

Naturalmente, a redução da corrupção não constitui tudo com o que é preciso preocupar-se. Quando, por exemplo, se gasta tanto dinheiro no ataque à corrupção e se criam tanta papelada e burocracia que os custos e as perdas em eficiência contrabalançam os benefícios da redução da corrupção, esses esforços acabam se tornando contraproducentes. As maneiras como os países podem desenhar estratégias efetivas contra a corrupção são as seguintes: trocar os "agentes" responsáveis pelas atividades públicas, alterar os incentivos desses agentes e dos cidadãos, coletar informações para aumentar a probabilidade da detecção e punição da corrupção, mudar as relações entre os agentes e os cidadãos e aumentar as conseqüências sociais da corrupção. Em todos esses casos, há que se levar em conta os benefícios putativos, bem como os muitos custos possíveis, das atividades contra a corrupção.

Incentivos à reforma. Em muitos países, os salários do setor público são tão baixos que uma família padrão não consegue viver com o salário típico do funcionalismo. Além disso, com frequência faltam avaliações de desempenho no setor público, de modo que os vencimentos dos funcionários não se vinculam à sua produtividade. Nessas condições, não deve surpreender que a corrupção prospere.

Felizmente, em todo o mundo experimentos nos setores público e privado estão enfatizando as medições do desempenho e a revisão dos esquemas de pagamento. O combate à corrupção é apenas parte do empenho mais amplo que se pode chamar de *ajuste institucional*, ou da remodelagem sistemática de informações e incentivos nas instituições públicas e privadas (Klitgaard, 1995). O ajuste institucional é o próximo grande item na agenda do desenvolvimento.

Vontade política

“Tudo isso é muito bonito”, pode-se argumentar, “mas o que acontece quando os corruptos são aqueles que estão no topo? O que acontece quando as pessoas ligadas a empresas e as ‘panelinhas’ empresariais locais dispõem de incentivos poderosos para corromper? Quando as pessoas do primeiro escalão dos setores públicos e privados tiram vantagem da situação, será que as reformas mencionadas têm alguma chance de se sustentar?”

A preocupação está no fato de que os funcionários corruptos do primeiro escalão são monopolistas que não desejam sacrificar os seus ganhos, e o pessoal das empresas internacionais e locais é prisioneiro de um dilema em que a estratégia dominante é o suborno. Atingiu-se um equilíbrio corrupto, em conseqüência do qual os governantes e os servidores públicos que estão no topo e algumas companhias privadas ganham, mas a sociedade perde.

O que se pode fazer nessa situação? A resposta reflexiva é: “nada”. Mas considere-se a questão análoga: “Por que os líderes nacionais, todos preocupados com o seu egoísmo, empreenderiam reformas de liberalização de mercados, privatizações e políticas correlatas, que sacrificam o seu controle pessoal sobre a economia?” Não obstante, essas reformas sacudiram o mundo, da mesma forma que a notável “terceira onda” das reformas democráticas.

É claro que alguns governantes resistem ao estabelecimento da boa governança. Mas, na década que teremos pela frente, o problema crucial não será induzir os governos a fazer algo sobre a corrupção, mas antes ajudá-los a decidir o que e como fazer. Em razão das reformas democráticas, novos líderes dedicados ao combate à corrupção e à melhoria da administração pública estão chegando ao poder em número antes nunca visto. Da Nicarágua ao Paquistão, campanhas eleitorais apresentam a corrupção como uma

das questões principais. E isso não acontece apenas nos países em desenvolvimento, como sugerem os clamores sobre as campanhas eleitorais na Itália e na Espanha e a publicidade negativa sobre os donativos de campanha nos EUA. Muitos dos novos líderes desejam melhorar as agências aduaneiras e arrecadadoras, limpar o financiamento das campanhas e as eleições, reduzir o suborno e a intimidação nos sistemas legais e nas polícias e, em geral, criar sistemas de informações e incentivos no setor público que promovam a eficiência e reduzam a corrupção. O seu problema não é de vontade política, mas de *know-how*.

Mas também é verdade que em muitos países os líderes hesitam em “sair de cima do muro”. Eles avaliam e execram os custos da corrupção sistemática, mas também reconhecem os benefícios pessoais e partidários do sistema corrupto existente. Para adotar uma estratégia de longo prazo, é necessário que tomem diversas medidas.

Primeiro, os líderes deverão ver que é possível conseguir melhorias sistêmicas sem cometer suicídio político. Consultoria e assistência técnica sensíveis podem ajudá-los a tirar lições da luta contra a corrupção travada em outros lugares, a adotar abordagens sistemáticas e a analisar confidencialmente as muitas categorias de benefícios e custos políticos.

Segundo, no desenvolvimento de estratégias, os líderes deverão reconhecer que nem tudo pode ser feito de uma só vez. Eles deverão fazer a portas fechadas uma espécie de análise de custos-benefícios, avaliando as formas de corrupção que apresentam maiores custos econômicos (por exemplo, corrupção que distorce políticas, ao contrário daquela que decide a homologação de um determinado contrato), ao mesmo tempo em que consideram o que poderá fazer a diferença. A luta contra a corrupção pode começar onde o público percebe que o problema é mais agudo. Uma boa regra prática é que, para ganhar credibilidade, a campanha contra a corrupção deverá alcançar sucessos palpáveis no prazo de seis meses.

Terceiro, os líderes precisam de isolamento político. A colaboração internacional poderá ajudar nisso, permitindo que os países admitam tratar-se de um problema comum (“a corrupção não é apenas problema nosso, ou do meu partido, ou da minha administração”) e se movam todos na mesma direção para resolvê-lo. Na verdade, a condicionalidade internacional que se aplica em muitos países pode ajudar os líderes nacionais a justificar medidas anticorrupção que de outra forma poderiam ser constrangedoras ou dificilmente obteriam credibilidade.

Iniciativas internacionais

A cooperação internacional pode ajudar a engendrar a vontade de combater a corrupção e a capacidade de fazê-lo. Apesar

da óbvia sensibilidade necessária para arquitetar e implementar estratégias de combate à corrupção sistemática, as organizações internacionais podem — e na verdade já o fazem — ajudar oferecendo apoio às reformas democráticas, à maior competitividade das economias e à melhoria da governança. Todavia, faz-se necessário um esforço mais enfocado: um ataque sistemático à corrupção sistemática.

Consideremos três iniciativas internacionais que poderiam ajudar a galvanizar o incipiente movimento internacional anticorrupção.

Estudos de diagnóstico regional

Propósito: Estes estudos seriam elaborados para incentivar a ação sistemática dos setores público e privado para reduzir a corrupção regionalmente (por exemplo, na América Latina ou na África de fala francesa).

Idéia básica: Cada país convidaria o setor privado a realizar levantamentos confidenciais de diagnóstico de três ou quatro áreas propensas à corrupção, como contratações governamentais, tribunais, hospitais e órgãos arrecadadores de receita fiscal. Esses levantamentos seriam solicitados a pessoas de empresas, que diagnosticariam confidencialmente como os sistemas corruptos funcionam na prática — ou seja, onde estariam as brechas, as fraquezas e os abusos do sistema atual. A idéia é analisar sistemas, e não identificar indivíduos particulares nos setores público e privado. A meta não é realizar pesquisas acadêmicas, mas obter avaliações rápidas que possam ser usadas na formulação de planos de ação. As informações relevantes obtidas de uma pequena amostra de 40 pessoas ligadas a empresas poderiam bastar para a preparação de um relatório útil. Quando o estudo de diagnóstico de cada país estivesse completo, uma conferência internacional compartilharia os resultados e analisaria as medidas de saneamento, inclusive a possível cooperação internacional para combater a corrupção.

Benefícios políticos: Pelo fato de ser internacional, esse estudo deixaria claro que a corrupção não é apenas um problema do país X, mas um problema internacional, que precisa de soluções internacionais. E também enfatizaria que a corrupção não é apenas um problema do governo (ou da atual administração) e que o setor privado é parte do problema e também precisa fazer parte da solução. Como conseqüência, os líderes políticos seriam capazes de tornar a questão mais atraente do ponto de vista político. Eles poderiam dizer que o levantamento de diagnóstico foi feito em todo o continente — tratando, por exemplo, das dimensões internacionais do suborno e também das dificuldades particulares de cada país. E poderiam destacar que o levantamento en-

globou o setor privado, cujos membros estão normalmente envolvidos onde quer que exista corrupção, e o setor público, tendo sido conduzido pelo primeiro.

Um concurso anticorrupção

Propósito: A realização de um concurso para a escolha dos melhores programas nacionais contra a corrupção ajudaria a veicular a idéia de que os países podem ter estratégias efetivas contra a corrupção. Esse concurso internacional poderia captar a imaginação das pessoas de todo o mundo.

Idéia básica: Poder-se-ia destinar uma ajuda internacional especial — da parte de organizações internacionais e agências bilaterais de ajuda — a países desejosos de empreender reformas para resolver o problema da corrupção sistemática. Suponha-se que a cooperação internacional crie um programa que prometa sete anos de apoio especial e significativo aos três países em desenvolvimento que propuserem as melhores estratégias nacionais anticorrupção. Para ajudar a despertar o interesse pelo concurso, os doadores poderiam financiar seminários internacionais e locais. Na ocasião, estudos sobre diversos países envolvendo o setor privado e o governo poderiam tratar de áreas-chave, como a arrecadação fiscal, compras e obras públicas, e o sistema judicial. (Esta idéia obviamente se encaixa com a proposta dos estudos regionais.) O enfoque seria a vulnerabilidade dos sistemas à corrupção, e não indivíduos em particular. Os países participantes compartilhariam os resultados desses estudos, a partir dos quais se elaborariam as medidas nacionais e internacionais para o saneamento dos defeitos estruturais. Nesse estágio, os países interessados preparariam as suas estratégias nacionais contra a corrupção. As três melhores estratégias — talvez uma para cada um dos continentes da África, Ásia e América Latina — teriam o apoio de recursos especiais. As estratégias ou os componentes de outros países poderiam ser apoiados por outros prestadores de ajuda — e, naturalmente, pelos próprios países participantes.

Vantagens políticas: A competição criaria incentivos para os países mostrarem que encaram a corrupção com seriedade, e na preparação para a competição eles seriam assistidos no aprendizado (inclusive recíproco) daquilo que as estratégias contra a corrupção devem conter. As medidas a serem incluídas na estratégia anticorrupção dependeriam do contexto do país, mas na maioria dos casos compreenderiam:

- reformas administrativas que contemplassem pontos focais contra a corrupção e simultaneamente facilitassem a coordenação de ação entre as agências;
- mecanismos para destacar a responsabilização, especialmente mediante o envolvimento de empresas e cidadãos;

• medidas desenhadas para aperfeiçoar as capacidades de investigação e processos judiciais, e para melhorar a efetividade dos tribunais;

• experimentos com reformas de incentivos no setor público; e

• reformas legais elaboradas para impedir irregularidades no financiamento de campanhas e o enriquecimento ilícito, e para modificar as regulamentações e as leis que regem a administração do país, de modo a reduzir as oportunidades de corrupção.

Essa iniciativa também se prestaria a que as organizações internacionais mostrassem que estão levando a sério a corrupção. Ela lhes daria a oportunidade de testar diversas iniciativas voltadas para o desenvolvimento, inclusive a reforma do serviço público e do desenvolvimento institucional, em uma estrutura nova e dinâmica com alta projeção política.

"Kits de ferramentas"

Propósito: Existe a necessidade clara de se compilar e disseminar as melhores práticas na redução da corrupção por função, setor, nível de governo e outras categorias relevantes.

Idéia básica: A cooperação internacional poderia ajudar a reunir e disseminar exemplos das melhores práticas, bem como estruturas para análises de políticas — uma combinação que se poderia chamar de "kit de ferramentas" de combate à corrupção. As possíveis áreas em que eles podem ser desenvolvidos são arrecadação fiscal, inclusive agências tributárias e aduaneiras; área da saúde (dos hospitais à importação e distribuição de produtos farmacêuticos); e compras, licenças e contratações do governo. Outra possibilidade é a de áreas em que muitos países industrializados poderiam fazer consideráveis melhorias: as interfaces entre dinheiro e política, inclusive contribuições políticas e financiamento de partidos e campanhas.

Tarefas: Em cada área escolhida, as organizações internacionais criariam kits de ferramentas contendo o seguinte:

• Estruturas analíticas para diagnosticar e lidar com a corrupção. Elas compreenderiam não apenas estruturas genéricas, mas também específicas para administração tributária, administração aduaneira, polícia, processo judicial, juízes, compras e contratação.

• Estudos de caso das melhores práticas e êxitos na redução da corrupção, em diferentes níveis de governo e diferentes setores e domínios.

• Pedagogias participativas — vários dispositivos para habilitar os cidadãos, as empresas, as organizações governamentais, a mídia e os funcionários públicos a aprender e a ensinar uns aos outros sobre sistemas de corrupção e como lidar com eles.

Conclusão

Quando a corrupção se torna sistemática, o seu combate deve ir além da implementação de políticas econômicas liberais, da promulgação de melhores leis, da redução do número e da complexidade das regulamentações e da oferta de mais treinamento, por mais úteis que essas medidas possam ser. O combate à corrupção sistemática requer a imposição de um choque para romper o equilíbrio corrupto. Ele pode incluir medidas como as seguintes:

• formação de um órgão de coordenação nacional responsável pela elaboração e implementação de uma estratégia contra a corrupção, ao lado de uma junta de fiscalização integrada pelos cidadãos;

• identificação de algumas agências ou áreas-chave nas quais o esforço contra a corrupção poderia concentrar-se, no primeiro ano, na esperança de se conseguir êxito para imprimir um impulso vigoroso à anticorrupção;

• estratégia de fortalecimento da capacidade institucional nos ministérios-chave, levando a sério o problema dos incentivos (inclusive reformas dos incentivos) e da informação; e

• identificação de alguns dos principais infratores, cujos casos seriam levados a julgamento.

O combate à corrupção deve concentrar-se na reforma dos sistemas. Requer uma abordagem econômica, associada a grande sensibilidade política. O desenho e a implementação das medidas que este artigo discutiu devem obviamente adequar-se às condições de cada país, mas a cooperação internacional pode fazer a diferença. Em alguns casos, isso pode significar a prestação de assistência técnica especializada — por exemplo, seminários de alto nível sobre o combate à corrupção, consultoria estratégica ou contratação de investigadores internacionais para rastrear os depósitos de dinheiro público desviado no exterior. A cooperação internacional pode ajudar os líderes nacionais a trabalhar nas soluções políticas. Finalmente, a ação internacional pode difundir a verdade extremamente útil de que estamos todos envolvidos no problema da corrupção — e de que juntos devemos encontrar as soluções. [F&D]

Sugestões de leitura:

Diccionario de la corrupcion en Venezuela. Caracas, Capriles, 1989. 2 v.

Gaetner, Gilles. L'argent facile: dictionnaire de la corruption en France. Paris, Stock, 1991.

Klitgaard, Robert. Controlling corruption. Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1988.

———. Institutional adjustment and adjusting to institutions. Washington, World Bank, 1995. (Discussion Paper, 303.)

Klitgaard, Robert; MacLean-Abaroa, Ronald & Parris, H. Lindsey. Corrupt cities. (no prelo).